

# UMA ABORDAGEM AO ESTUDO DOS GÊNEROS TEXTUAIS

## Abstract

*Based on the notions of representation, social relations, and identities, I analyze a text showing how an individual reproduces social 'reality'. The analysis illustrates a method to describe and explain how, through text genres used to carry out contemporary social practices, individuals constantly produce, reproduce, or challenge social 'reality'.*

**Palavras-chave:** gêneros textuais; representação; relações sociais; identidades.

## Introdução

A preocupação em pesquisar, estudar, descrever, explicar e ensinar diferentes gêneros textuais, embora quase inexistente no Brasil há cerca de três ou quatro anos, expande-se hoje pelo país inteiro. Esta expansão pode ser verificada, por exemplo, nos títulos de simpósios, comunicações e painéis publicados em Cadernos de Resumos de congressos recentes, tais como CBLA 1998, GELNE 1999 e InPLA<sup>1</sup> 1999. À medida que avançamos sobre questões teóricas e práticas desta nova área de pesquisa e ensino da linguagem, novos desafios se apresentam. Entre esses merece atenção especial a questão de como lidar com o texto em si e sua relação com o contexto onde ocorre. Uma pergunta de ordem geral aberta para estudos mais amplos é: como ler e analisar criticamente os diferentes gêneros textuais? Mais explicitamente, é necessário elaborar respostas para a pergunta: como descrever e explicar os textos, evidenciando que neles e através deles os indivíduos produzem, reproduzem ou desafiam a realidade social na qual vivem e dentro da qual vão construindo sua própria narrativa pessoal?

Neste trabalho, apresento uma breve discussão de um texto procurando contribuir com uma possível direção para se lidar com estas questões. A análise que apresento, apesar de concentrar-me em um único texto, pode ser aplicada a qualquer gênero textual, isto é, tipo específico de texto de qualquer natureza, literário ou não (Swales, 1990), oral ou escrito, caracterizado e reconhecido por função específica e organização retórica mais ou menos típica, e pelo(s) contexto(s) onde é utilizado. A fundamentação-chave da abordagem que utilizo apoia-se na análise crítica do discurso e, mais especificamente, na noção de que o discurso tem um poder construtivo triplíce: (1) produz e reproduz conhecimentos e crenças através de diferentes modos de representar a realidade; (2) estabelece relações sociais; (3) cria, reforça ou reconstitui identidades (Fairclough, 1992).

Para exemplificar como este tipo de análise se aplica mesmo a textos os mais corriqueiros e informais, minha discussão enfoca uma narrativa pessoal de caráter popular, informal e despretensioso, coletada originalmente em forma oral. Escolhi esta narrativa visando angariar suporte para o argumento de que até um texto simples como este tem o poder construtivo triplíce a que me referi anteriormente, isto é, de constituir representações, relações e identidades. A escolha desta unidade de linguagem visa igualmente buscar apoio para minha proposta de que o exame dessas três faces do discurso pode ser um método a ser utilizado na leitura e análise crítica de diferentes gêneros.

Apresento abaixo o texto da narrativa pessoal e procedo à análise de vários aspectos das representações, das relações sociais e identidades nele contidas. Esta narrativa foi transcrita de uma entrevista gravada em 1987 na qual uma senhora, em Florianópolis, relata o evento em resposta à seguinte pergunta de um pesquisador da área de linguagem<sup>2</sup>, que

<sup>1</sup> Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada, respectivamente.

<sup>2</sup> Esta pergunta baseia-se no trabalho de Labov (1972) com adolescentes em Nova Iorque.

coletava dados para uma dissertação de mestrado:

*A senhora já sentiu alguma vez perigo de vida... a morte por perto? Só uma vez. No carro. Né? No carro que eu fui em cima. Né? Credo! Até dá pra rir. Não. Eu vinha passando lá na ... Ai! O nome daquela rua, meu Deus! pera aí. Aquela rua dos servidores, aquela rua ali, agora, que eu não sei dizer... Pera aí. Ai, aquela rua que sai dos servidores, que tem aquela bomba de gasolina agora, que a gente entra ali. Aquela rua ali. Vinha passando ali. Tinha dois carros. Aí uma senhora veio no fuca. Aí mandou eu parar. Aí eu parei. Parei. Atravessar a rua. Parei. Ela garrrou, mandou eu passar. Quando eu passei, ela botou o carro em cima. Agora eu não sei se foi um milagre, ou foi devoção que eu tenho, a fé que eu tenho em muitas coisas que quando ela veio com o carro, eu pulei e fiquei sentada na frente do carro, ali. Quando eu dei conta de mim, eu tava sentada em cima. Foi só. A única coisa, que aconteceu na minha vida. Né? Nada mais.*

### **Representação da realidade: o texto como (re)construção de conhecimentos e crenças**

A representação diz respeito à rede de conhecimentos e crenças que, em seus textos, os indivíduos revelam sobre diferentes aspectos do mundo. Embora esta narrativa simples e, até certo ponto, cômica em seu desfecho inusitado tenha sido produzida há mais de dez anos e, portanto, antes das recentes reformas do código de trânsito no Brasil, sua narradora reconstituiu práticas discursivas e práticas sociais encontradas, até recentemente, no contexto brasileiro. Para iniciar, a maneira como a narradora apresenta o evento ocorrido sugere que nem ela, como pedestre atropelada, nem a motorista problematiza a situação. Essa *naturalização* do acidente está subentendida, por apresentar uma representação verbal do incidente como simples fato consumado, já na espécie de *resumo* (Labov, 1972) da história apresentado no começo da narração: *Só uma vez. No carro. Né? Aquele carro que eu fui em cima.*

O evento é retratado por um ângulo hilariante e como algo que simplesmente aconteceu, uma espécie de fato natural, e sobre o qual nada se pode decidir ou fazer. Este é o sentido da situação não problematizada. O incidente é *naturalizado*, percebido como sendo “assim mesmo”, uma ocorrência acidental que independe das participantes envolvidas. Pelo que é narrado, tanto a narradora como a motorista se eximem de responsabilidades e não questionam direitos nem deveres.

Na parte central da história encontramos as orações que constituem as ações principais do enredo: *Aí uma senhora veio no fuca. Aí mandou eu parar. Aí eu parei. Parei. Atravessar a rua. Parei. Ela garrrou, mandou eu passar. Quando eu passei, ela botou o carro em cima.* Explicitamente, a narradora do evento cria nestas orações uma representação da motorista como sendo a participante do evento que toma iniciativas e impõe à pedestre (a narradora) a realização de diferentes ações: *mandou eu parar. mandou eu passar...* Como pedestre, a narradora demonstra que concorda, por sua vez, em seguir de forma passiva os comandos expressos: *mandou eu parar... eu parei. Mandou eu passar ... eu passei.*

Essa representação não problematizada por parte da narradora reconstituiu crenças e esquemas de conhecimento brasileiro relativos a situações de trânsito de carros e pedestres<sup>3</sup>. Uma dessas crenças é que a motorista é consensualmente vista como possuindo as credenciais e a autoridade para dar ordens à pedestre. Implicitamente, o texto deixa transparecer que, com o consenso da pedestre, a motorista arroga-se a prerrogativa de resolver o que deve ou não deve ser feito no contexto do incidente narrado.

Uma outra forma de crença que o texto implicitamente reconstituiu é que a pedestre reconhece que deve dar a preferência de passagem à motorista. A motorista, entretanto, cede-lhe este direito, *mandando* que a pedestre atravessasse a rua. Perigosamente, a pedestre acaba sendo testemunha de uma contradição: apesar de ceder-lhe o direito de passagem, a motorista avança e atropela a pedestre: *mandou eu passar. Quando passei, ela botou o carro em cima.* Apesar da surpresa implícita no texto por parte da pedestre, que aceitou o comando da motorista e, portanto, não esperava que esta avançasse, nenhum protesto parece ser emitido para criticar a imprudência ou a falta de atenção da motorista.

Obviamente, essa não era a única opção disponível à pedestre. Ao invés de, por exemplo, avaliar a falha da motorista, a pedestre preferiu considerar sua própria boa sorte de não se ter envolvido em um acidente de proporções mais sérias como resultado de uma possível intervenção milagrosa, consequência de sua devoção e de sua fé: *Agora eu não sei se foi milagre, ou foi devoção que eu tenho, a fé que eu tenho em muitas coisas.*

Em outros contextos socioculturais, por exem-

gredir leis do código de trânsito e por ter criado ameaça à integridade física e à vida.

Os aspectos considerados acima ilustram o princípio geral de que diferentes crenças e esquemas de conhecimento conduzem a diferentes percepções do mundo e a ações sociais diferenciadas. Ao invés de considerar seus possíveis direitos, a pedestre em questão avaliou o ocorrido a partir de um ângulo religioso, como o último excerto transcrito sugere. A abordagem que estou propondo procura problematizar os acontecimentos sociais, i.e., vê-los não como fatos em si, com vida própria, mas como resultado de ações e valores humanos. Tal análise pode reforçar um outro princípio geral: nada existe de intrínseco nos fatos discursivamente apresentados que os torne naturais, da maneira que se apresentam. Conseqüentemente, as 'realidades' e as práticas sociais estabelecidas podem ser questionadas e desafiadas como representações discursivas.

## Recompondo relações sociais

Além de criar e recriar representações, formas de conhecimentos e crenças, os textos refletem, constituem e podem desafiar e transformar formas de relações entre indivíduos. As relações sociais dizem respeito às conexões, dependências e entrelaçamentos interpessoais envolvendo os participantes do evento discursivo. Na história que estamos examinando, pelo menos duas categorias de relações se evidenciam entre a narradora e a motorista. A mais evidente é a relação de poder. A segunda é a relação de condescendência.

A relação de poder realiza-se através do controle de uma personagem sobre a outra. Na história do fusca, a relação de poder se consubstancia com maior visibilidade nos comandos formulados pela motorista e acatados pela narradora. O controle que a motorista exerce sobre a pedestre e a autoridade que esta lhe confere indicam que nesse evento discursivo se estabelece uma assimetria de poder no confronto entre as duas personagens: a pedestre exerce menos poder que a motorista. Através do seu texto, a narradora projeta a identidade da motorista como autoridade até pelo simples fato de que esta possui um automóvel e, conseqüentemente, mais posses. Através desse relacionamento, a narradora naturaliza a prerrogativa da motorista, ao invés de problematizá-la, em detrimento do seu próprio direito de pedestre.

Em termos ainda da relação de poder, a parte central da narrativa, embora produzida pela pedestre, é constituída pela verbalização de um texto que já ocorreu anteriormente, isto é, um texto produzido pela motorista é agora narrado em discurso indireto: *Mandou eu parar. Mandou eu passar*. O texto original da motorista teria sido verbal ou gestual, para expressar a idéia de *pare e passe*. Temos aqui um exemplo de intertextualidade, isto é, um texto contendo elementos e/ou dependendo de textos já produzidos anteriormente. A naturalização do discurso da motorista, através da não problematização de sua autoridade, sugere que tanto para a pedestre como para a motorista existe

uma crença de que em uma situação de confronto como essa outorga-se privilégio à motorista. Nota-se novamente o verbo *mandar* impondo-se na relação de poder, pois a narradora poderia reconstituir o gesto da motorista através de outras opções semânticas, como *pediu para eu passar*, ou *atreveu-se a pedir que eu passasse* etc. Através de sua reconstituição, a narradora cria uma distribuição de poder assimétrica favorável à motorista, apresentando-a como consensual na estória contada. Na representação manifesta no texto, fica claro que se trata de uma construção conjunta de uma forma discriminatória de poder. Tanto a motorista como a pedestre desempenham papéis nessa relação social.

Além da relação assimétrica de poder entre as personagens da narrativa, nota-se uma relação de condescendência a respeito do que poderia ter sido um acidente de maior gravidade. Ser condescendente significa deixar que as coisas aconteçam por si próprias, sem nada fazer. Implica um certo *laissez-faire*, quando na verdade sabe-se que algo deveria ser feito. Na narrativa em análise, é provável que tanto a pedestre como a motorista 'saibam', de alguma forma, que algo está errado relativamente ao acidente. Alguém é responsável pelo que ocorreu. Todavia, pelo que é narrado, nenhuma das duas participantes da interação toma qualquer medida. Além disso, enquanto a narradora nada revela sobre a atitude da motorista a respeito do atropelamento, pouco revela igualmente sobre sua atitude como pedestre a respeito da motorista. Condescendentemente, a pedestre e a motorista deixam os fatos seguirem seu curso. Por parte da narradora, parece haver aqui um exemplo do discurso da resignação, do aceite aos 'fatos' como se apresentam. Esse tipo de discurso não é incomum em circunstâncias de infortúnio entre classes menos privilegiadas no Brasil (da qual a pedestre parece fazer parte, como sugiro na seção 4).

As relações entre as personagens da narrativa evidenciadas na história indicam que através de crenças e atitudes a narradora recria, embora inconscientemente, formas de discriminação e assimetria, reconstituindo e reforçando, portanto, práticas sociais então existentes.

## Recompondo identidades sociais

A identidade imbrica-se com as representações da realidade que os indivíduos criam em seus textos e com os relacionamentos sociais que os indivíduos articulam. Ao recompor identidades, procuramos problematizar tal imbricamento, explicitando as características identitárias dos participantes e o seu posicionamento social representado no texto. No caso em análise, as principais identidades representadas no texto são a de motorista e de pedestre. São papéis estabelecidos e reconhecidos embora não associados diretamente ao gênero narrativa pessoal. Existe, além disso, uma invocação explícita a Deus. Na discussão que segue, vou concentrar-me em algumas características da identidade da narradora.

Referi-me anteriormente à narradora como pertencendo provavelmente a uma classe social menos privilegiada. Essa característica de sua identidade é sugerida pela sintaxe e pelo vocabulário simples utilizados na narrativa. A maneira como a história é iniciada e concluída, e especialmente o uso da expressão *Ela garrou*, parecem confirmar essa face da identidade da narradora. No português açoriano de Florianópolis o verbo *garrar* é tipicamente utilizado por pessoas locais de baixa escolaridade e nível sócio econômico limitado. Significa algo como “então”, o que faz sentido na história: *Então ela mandou eu passar*. Em outros contextos, *garrar* pode significar ainda “começar a”.

À perspectiva identitária de classe social brasileira menos privilegiada associa-se, também, embora não necessariamente, a noção de ‘pessoa menos esclarecida’. Talvez esse detalhe da identidade da narradora ajude a entender por que, no episódio narrado, ela não questiona o ocorrido ou a atitude e os procedimentos da motorista. Ajuda também a esclarecer por que, ao invés de problematizar a situação, opta por considerar a resolução da história, o fato de ter acabado em cima da capota do automóvel, como uma espécie de milagre.

Coerentemente com sua identidade de brasileira menos privilegiada e menos esclarecida, a narradora revela pouca preocupação em se posicionar ativa e assertivamente a respeito dos seus direitos e das responsabilidades da motorista. Um dos resultados é o estabelecimento da assimetria de poder e condescendência apontados com referência às relações sociais discutidas na seção anterior. Aquelas relações ligam-se diretamente à identidade da narradora. Uma participante da história com uma identidade diferente, digamos com maior habilidade discursiva e talvez mais esclarecida sobre direitos e deveres de motoristas e pedestres, mesmo que de classe social menos privilegiada, teria maior potencial para assumir uma posição menos passiva e estabelecer uma relação diferente com a motorista, levando-a possivelmente a responder por seu ato, equilibrando ou mudando as relações de poder e condescendência.

### Observações finais

Novos estudos sobre diferentes gêneros textuais precisam desenvolver instrumentais teóricos e práticos para demonstrar com clareza que, através de textos orais e escritos, as pessoas criam representações que refletem, constroem e/ou desafiam conhecimentos e crenças, e cooperam para o estabelecimento de relações sociais e identidades. A construção diária da nossa própria narrativa pessoal como ser humano é

em grande parte determinada pelos textos que produzimos e a que estamos expostos. Semelhantemente ao que vimos ocorrer na narrativa pessoal discutida neste trabalho, as representações que construímos do mundo, da ‘realidade’ que nos cerca, muitas vezes refletem e reconstruem uma visão naturalizada, não problematizada dessa realidade. Entretanto, nada é estável e fixo, e novas formas de perceber e expressar discursivamente podem, e muitas vezes deveriam, levar à construção de novas ‘realidades’.

Descrever e explicar gêneros textuais relativamente às representações, relações sociais e identidades neles embutidas poderá servir para evidenciar que no discurso e através dele os indivíduos produzem, reproduzem, ou desafiam as estruturas e as práticas sociais onde se inserem. Uma abordagem desta natureza poderá ajudar a entender que representar o mundo de uma determinada maneira, construir e interpretar textos evidenciando determinadas relações e identidades constituem formas de ideologia. E uma abordagem desta natureza poderá ajudar a perceber que “a ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível” (Fairclough, 1989;85), quando representações, relações e identidades são vistas como senso comum, naturais, não problemáticas.

Como aponta Fairclough (ibid.), a ideologia perpassa nossas práticas discursivas e práticas sociais, e está implícita nas formas de ver, pensar, compreender, recriar ou desafiar e mudar maneiras de falar e agir. E se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum, daquilo que parece natural, sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio/a, “aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente” (ibid.;85). A abordagem que acabei de apresentar, embora, com certeza, precise ser mais amplamente elaborada, parece apresentar um forte potencial para a implementação desse tipo de conscientização.

### Referências Bibliográficas

- FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and power*. London: Longman.
- \_\_\_\_\_. (1992) *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- LABOV, W. (1972). The transformation of experience in narrative syntax. In W. LABOV, *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SWALES, J. (1990). *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.